



Rua Augusta na actualidade. © DGEMN. Fotografia de Luís Pavão.

O mito é o nada que é tudo
Fernando Pessoa *Ulisses Mensagem*

BAIXA POMBALINA

Reflexão para a definição de princípios de um plano de salvaguarda

José Sarmento de Matos*

Ao procurarmos definir os princípios norteadores de um plano de salvaguarda de uma zona específica da cidade, torna-se imprescindível, em primeiro lugar, determinar, com alguma precisão, as suas características fundamentais que obedecem a duas ordens de realidades:

– A “matéria” construída, ou seja, o conjunto urbano, com os seus limites e planos, projectos, globais ou parcelares, e, naturalmente, o seu estado de conservação e as possibilidades de revalorização, através da eventual proposta de correcção de distorções ou disfunções.

– O “espírito” que informa essa mesma “matéria”, através da caracterização cuidada da sua evolução e do papel dinâmico no conjunto mais vasto da cidade em que se insere.

I – A chamada Baixa Pombalina de Lisboa é, neste particular, um caso *sui generis*: um conjunto urbano nascido no século XVIII, a partir de um projecto global, radical nos seus princípios norteadores, dir-se-á, decorrente das condições extraordinárias propiciadas por uma tragédia sísmica de grandes proporções. E esta dimensão invulgar da intervenção setecentista propiciou uma excessiva contaminação entre as duas vertentes acima explicitadas – matéria e espírito –, resultando desse facto a sua quase identificação, bem sintetizada na expressão Baixa Pombalina. Ora, na verdade, antes de ser pombalina, isto é antes de ser a “matéria” que conhecemos, a Baixa há muito que era Baixa. Quer dizer, tinha um “espírito”.

Recuando bem fundo na história lisboeta, poderemos alvitrar que esse “espírito” se encontra estabelecido desde o seu início. Se aceitarmos a leitura de que as estruturas romanas hoje escondidas no seu subsolo constituíam o

* Olisipógrafo

suporte (criptopórtico) de uma espécie de *Fórum* comercial, directamente ligado à actividade marítima, poderemos talvez admitir que, nessas épocas recuadas, de que tão pouco sabemos, a zona baixa de Lisboa, dinamizada pelo esteiro que a atravessava, era já o verdadeiro centro da vida comercial da cidade, com todas as implicações institucionais que tal facto acarreta – mercado financeiro, bolsas de mercadorias, etc., etc.

Se olharmos para tempos seguintes, alguns indícios reforçam a permanência deste espírito. No período confuso em que o cristianismo se instala, é curioso notar os oragos das freguesias mais importantes da Baixa. As santas Justa e Rufina são as padroeiras dos mestres oleiros, São Julião o dos viajantes e São Nicolau está intimamente ligado às actividades marítimas. Quer dizer que nesta área de Lisboa tão nebulosa se mantinham modos de vida indiciadores de um verdadeiro centro económico da cidade. E será de realçar São Julião, a igreja onde, ao longo dos tempos, se instalam as confrarias de estrangeiros, como bem atesta a capela de São Bartolomeu dos Alemães, pelo menos conhecida desde o século XIII.

Portanto, a Baixa de Lisboa parece ser, diríamos desde sempre, o centro vital da actividade económica da cidade, naturalmente cosmopolita e naturalmente fervilhante de novidades e criatividades. É nesse espírito que não deixa de se reforçar ao longo dos tempos. Para proteger esse universo bem caracterizado e fulcral, D. Dinis manda erguer a primeira muralha defensiva ao longo da praia, procurando mantê-la ao abrigo do apetite sempre voraz da pirataria berbere.

Poderemos talvez dizer que esse espírito já milenar irá sofrer uma modelagem fundamental pela mão de D. Manuel. Com ele entra nessa paisagem o poder real, a partir da instalação extra-muros, na praia aplanada da Ribeira, da Casa da Índia, e sobre ela, do palácio do próprio rei.

Temos, assim, criadas as linhas mestras da orgânica urbana desta parte central da cidade de Lisboa, agora de facto a capital de uma verdadeira empresa comercial à escala mundial, que tinha no rei o seu principal accionista e regulador. A Baixa vai definir então, num pragmatismo funcional evolutivo, a sua imagem de marca, constituída por três áreas bem caracterizáveis, a saber:

a) Junto ao rio, o Terreiro do Paço, com todas as dependências palacianas e administrativas que o rodeavam, tornava-se o lugar do poder, centro decisório que regulava, com a necessária dis-

cricionariedade, a vida dessa multiplicidade económica que extravasava pelos cinco continentes.

b) Depois, num dédalo de ruelas, em que se destacava a linha horizontal da Rua Nova dos Mercadores, criação também manuelina, arrumavam-se corporativamente as múltiplas actividades comerciais e manufactureiras, bem como os centros decisórios financeiros, monetários e seguradores, com a presença, dir-se-á discreta, das várias freguesias, que mantinham os mesmos oragos escolhidos já de tempos imemoriais, desempenhando, através da competição do toque dos sinos, o papel de regulador indispensável da cadência ritual da passagem das horas. Era, pois, o lugar do comércio e finanças.

c) Por fim, o velho Rossio ainda informe, a praça citadina por excelência, mercado e ponto de encontro, e também elo de ligação entre as colinas ocidental e oriental, cujo burburinho diário dos cidadãos o poder, sempre ele, se encarregara de moldar. A nascente, a mole do Hospital de Todos-os-Santos propunha-se trata-lhes da saúde do corpo e, a norte, as grades sinistras e obscuras da Santa Inquisição lançavam o seu olhar sempre vigilante sobre a saúde da sua alma. Mais ou menos condicionado, pois, o Rossio era, assim, o lugar do cidadão.

II – Foi esta realidade urbana, assim tripartida, que o terramoto arrasou em 1755. E foi sobre ela que o poder régio absolutista, e tão esclarecido quanto as condicionantes naturais o permitiam, irá exercer a sua discricionariedade, através da definição de um plano radical e meticuloso, que se propunha normalizar e rectificar, na obediência, no entanto, à mesma “métrica” funcional, se assim se pode dizer, que a história consolidara. Isto é, a Baixa Pombalina mantém essa mesma organização funcional tripartida do espaço urbano, com as três áreas bem diferenciadas. O Terreiro do Paço mantém-se como lugar de poder, as ruas agora alinhadas como lugar do mundo comercial e financeiro e o Rossio como lugar do cidadão.

Podemos, pois, dizer que o espírito se mantém na sua essência, agora enriquecido, no plano da matéria, por uma forte componente racional e unificadora, disciplinando, com mão férrea, a iniciativa com que cada qual fora, no correr dos tempos, marcando o seu espaço próprio. Até mesmo as igrejas

reconstruídas se tiveram de submeter ao novo programa, sendo caso paradigmático o da Irmandade da Senhora da Oliveira, obrigada a refazer o seu templo de acordo com o prospecto definido pela modelação predial.

Talvez a mais significativa alteração em termos de conjunto urbano, decorrente da intervenção pós-terramoto, constitua o efectivo alargamento da sua área. Desde há muito que a colina ocidental, correspondente *grosso modo* à velha freguesia dos Mártires, se tornara um complemento funcional da Baixa na orgânica da vida da cidade. Algumas actividades, como os livreiros, por exemplo, sempre por ali encontraram o seu poiso, integrando, aos poucos, esta área citadina na dinâmica central da cidade. Facto acentuado pela abertura, nos anos 60 do século XVII, da Rua Nova do Almada, verdadeiro eixo unificador dessas duas partes de um mesmo todo.

Ora, ao regularizar-se após o terramoto a Rua Nova do Carmo, necessário complemento da citada via, e, sobretudo, ao estender-se a toda esta área a uniformidade predial imposta na Baixa, estava consumada essa integração, criando-se de facto uma nova unidade, depois chamada a Baixa/Chiado, aliás alargada mesmo, através das Ruas do Alecrim e do Arsenal, ao Corpo Santo, Cais do Sodré, Remolares e São Paulo. Poderemos, talvez, mesmo dizer, em especial a partir da vivência de finais do século XVIII e de todo o século XIX, que o Chiado se transforma num prolongamento natural do Rossio, o lugar do cidadão, acentuando a componente de centro da vida social e cultural, através dos botequins, primeiro, e depois dos cafés e, claro, de algumas instituições e comércio especializado – teatros, clubes, livrarias, casas de música, alta costura, restaurantes, etc.,.

III – É esta Baixa de espírito intemporal, com a sua matéria redefinida no século XVIII e então alargada no seu âmbito geográfico, que chegou até nós e nos compete hoje, por isso, olhar bem de frente para lhe incutir, se possível, um novo fôlego. Para isso, torna-se necessário começar por inventariar quer as causas que podem pôr em causa o seu espírito, quer aquelas que se constituam como atentados à sua actual matéria. Mas, como ponto prévio, convirá matraquear na ideia-chave de que esse espírito e essa matéria são duas faces da mesma moeda, parecendo condenados à partida quaisquer esforços, por mais bem intencionados, para salvaguardar fisicamente o casco urbano pombalino, a matéria visível, sem ter em conta o velho espírito que o informou. Por exemplo, a ideia peregrina de retirar dos edifícios do Terreiro do Paço a sede dos minis-

térios será uma machada mortal no equilíbrio dessa unidade histórica, nem que seja pelo simples facto prosaico de serem hoje os seus funcionários os principais sustentáculos do depauperado comércio ainda subsistente na parte central da Baixa.

A principal causa directa da decadência progressiva desse conjunto alargado da Baixa/Chiado, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX, decorreu de um facto inelutável: o crescimento da cidade para outras áreas, determinando novas centralidades, fenómeno acentuado mais recentemente pela proliferação nas periferias suburbanas de grandes superfícies comerciais, com acrescidas capacidades de atracção de público. A isto se deverá adicionar o gigantismo crescente de certas empresas, bancos e seguradores, em especial, cujas necessidades espaciais levaram à quase total desertificação habitacional, pondo em causa o comércio mais directamente ligado às vivências quotidianas.

A Baixa tornou-se um lugar quase exclusivamente diurno, entregue, à noite, aos espectros da insegurança, próprios dos universos sem vida própria. Além disso, algumas intervenções pontuais, decorrentes na maioria dos casos desse referido gigantismo empresarial, determinaram entorses significativos da métrica predial, pondo em causa estruturas específicas, caso da célebre gaiola, e pondo em risco, pelas escavações em profundidade, os instáveis níveis freáticos em que a Baixa assenta. Apesar da solidez que a intervenção pombalina ostenta exteriormente, a verdade é que ela se edifica sobre um terreno bastante problemático, daí derivando algumas das mais interessantes soluções técnicas que o projecto setecentista impôs, de que o referido sistema de gaiola não é o único.

Dir-se-á que os entorses ao modelo pombalino foram vários também ao longo dos séculos XIX e XX. É verdade, pois muitos edifícios sofreram alterações exteriores, desconstruindo a uniformidade originalmente pretendida. No entanto, a Baixa soube “digeri-los”, seja pela sua qualidade enriquecedora, caso do edifício bancário de Ventura Terra, na Rua do Ouro, seja pela ausência de qualquer ideia mistificadora, hoje tão procurada, resguardada sob a falaciosa aparência respeitadora de manter as fachadas, tornando-as falsos embrulhos de realidades interiores de betão armado, que em nada lhes correspondem.

IV – É, conscientes de tudo isto, desta complexa malha que a história teceu e distorceu, que poderemos avançar numa primeira tentativa de encontrar alguns princípios norteadores para, nos dias que correm, dar à Baixa

Pombalina, na sua totalidade, o lugar que merece quer na economia global da cidade, quer na consideração de que a sua matéria constitui um dos mais importantes exemplos, a nível mundial, de um conjunto urbano pensado e erguido de um só fôlego e sob uma só batuta. Matéria que retrata, de forma inequívoca e destemida, um conceito específico da cidade e do poder, com soluções técnicas inovadoras na sua definição e implantação, e uma almejada orgânica social que, à luz da realidade do tempo, se assumia com uma indiscutível carga utópica, por isso revolucionária, ancorada talvez na dinâmica sísmica, criadora da ilusão de que, nas cidades e nas sociedades, alguma coisa se pode alguma vez começar do zero.

E esses princípios deverão resumir-se a duas palavras-chave: respeitar e animar.

I – Respeitar

a) respeitar a matéria

Dadas as características específicas do plano de reconstrução pombalino, torna-se indispensável a elaboração de um regimento que normalize ao pormenor qualquer intervenção no perímetro a preservar:

- Seja ao nível do desenho urbano – arruamentos, passeios, calçadas, etc.;
- seja ao nível do subsolo, garantindo através da elaboração de uma carta rigorosa da realidade freática, a sustentabilidade de todo o conjunto;
- seja ao nível estrutural dos edifícios, garantindo a manutenção das suas características construtivas;
- seja, ainda, na escolha dos materiais a utilizar, nos desenhos de molduras de janelas e portas, na eliminação de elementos exteriores agressivos, caso dos aparelhos de ar condicionado;
- quanto, por exemplo, a anúncios, néons, toldos, embora perfeitamente admissíveis, senão mesmo indispensáveis na actividade comercial que se deseja reanimar, deverá procurar-se, digamos, que um compromisso de bom senso entre a vitalização de um prospecto assumidamente despido e o excesso de ruído visual que impeça a sua fruição como um todo;
- o respeitante à proliferação de esplanadas, sobretudo nas ruas já fechadas ao trânsito, deverão obedecer a algumas regras – cor, formatos, etc. – e nunca prejudicar, como por vezes já acontece, o espaço vital de

circulação. Aliás, numa projecção histórica, poderemos pensar que em tempos que já lá vão até a actividade financeira e monetária se processava na rua, em bancas desmontáveis, que aliás viriam a dar o nome genérico a esse mesmo negócio – a banca.

b) respeitar o espírito

O desejado respeito pela matéria será no entanto relativamente inglório se não for acompanhado, ou mesmo balizado, por um assumido respeito pelo espírito que a modelou. Há que manter as linhas mestras que informaram a história desta área da cidade, mantendo quanto possível a realidade tripartida que lhe está na génese.

– O Terreiro do Paço deverá manter a essencialidade da sua função pública, podendo eventualmente discutir-se o tipo de instituições a albergar, como veremos adiante. Agora procurar transformá-lo naquilo que nunca foi, uma praça para se estar, parece estar condenado ao insucesso ou, quando muito, como já temos visto, num terreiro inóspito povoado de barracas inestéticas. Eventual palco para grandes espectáculos ou qualificadas exposições de rua, o Terreiro do Paço nunca perderá, por mais que se queira, a sua matriz essencial de uma Praça Real, um cenário de aparato indispensável como espelho de uma certa concepção de poder.

– As ruas da parte central deverão manter a sua função essencialmente comercial, numa pluralidade de oferta que o torne atraente, procurando-se, sempre que possível, reanimar o mercado habitacional, indispensável âncora de uma vivência saudável e contínua.

– O Rossio, e o Chiado que o completa, apesar de tudo as zonas ainda mais vivas – sobretudo após a intervenção decorrentes do grande incêndio – deverão acentuar as suas características culturais e sociais de lugar do cidadão.

2 – Animar

O respeito pela matéria e o espírito terá de ser acompanhado por uma activa acção de animação, pois ninguém pretende, julga-se, transformar a Baixa Pombalina em qualquer espécie de museu urbano, território frio para deambulações historicistas em torno de uma intervenção urbanística excepcional e paradigmática. Pelo contrário, a Baixa deverá voltar a ser, senão já evidentemente o único centro de Lisboa, um espaço que saiba competir pelos seus

méritos próprios e sem se descaracterizar na batalha pela atracção das pessoas. Para isso, torna-se necessário algum exercício de imaginação que permita valorizar as suas componentes físicas e históricas, tirando partido do que mais ninguém tem – a beleza natural, pela relação única com a cidade e o rio, a beleza material de um conjunto urbano de características únicas e a beleza espiritual de uma história milenar. Mas animar, como?

- a) – em primeiro lugar, incentivar o regresso da habitação a muitos prédios da Baixa, criando uma circulação contínua de gente que afaste a actual desertificação, pois sem gente não é possível pensar qualquer forma de animação;
- b) – em segundo lugar, desenvolver políticas activas que reanimem e revitalizem o comércio da Baixa – horários, circulação, etc., pois ela tem as condições físicas e anímicas para se tornar o mais notável centro comercial ao ar livre de que Lisboa pode dispor. Como as salas múltiplas de cinema se têm revelado como âncoras de sucesso nas grandes superfícies, talvez não fosse má ideia equacionar a hipótese de localização de algum conjunto deste tipo no âmbito da Baixa, em local naturalmente apropriado, sem pôr em causa, com certeza, qualquer estrutura patrimonial;
- c) – em terceiro lugar, controlar a circulação viária e de transportes de forma a facilitar as acessibilidades, despoluir o ar que se respira e quebrar quanto possível o sentido actual de lugar congestionado de passagem diurna que, à noite, se esvazia como por encanto, transformando-se no território do “lá vai um”. A recente introdução do Metro poderá ter aí, como julgo que já começa a ter, um papel decisivo.
- d) – por fim, mas no princípio de tudo, o Terreiro do Paço. Sendo, como é, uma estrutura predominantemente pública, o Terreiro do Paço deverá ser o motor de qualquer dinâmica de animação, pois se julga que só com um forte empurrão estatal e camarário, evidenciando uma vontade mobilizadora, se poderá de facto iniciar qualquer processo continuado de revitalização da Baixa. Em respeito pelo seu espírito e a sua matéria, o Terreiro do Paço deverá continuar a ser um lugar eminentemente público, destinado a albergar serviços oficiais. No entanto, tal respeito não significa necessariamente os mesmos ministérios e serviços que hoje

lá se encontram. Se os Tribunais (Supremo e Relação), tal como as Finanças, são dificilmente amovíveis, já outros poderão ser substituídos. Uma alternativa seria a transformação do Terreiro do Paço no verdadeiro Centro Cultural Institucional, instalando aqui o Ministério da Cultura e seus serviços dependentes (IPPAR, IPM, IPA, IA, etc.), tudo disposto nos pisos superiores, aproveitando os inferiores para uma infinidade de actividades complementares (salas de exposições, lojas de património, etc.). Outros logradouros poderão ser cedidos a actividades específicas, como espaços de artesanato, clubes permanentes de coleccionismo (filatelia, numismática, antiguidades ou galerias, etc.), além, claro, de cafés sob as arcadas, garantindo deste modo uma circulação contínua de gente que anime e vitalize a praça. Bem como a dedicação de um espaço nobre para uma mostra permanente da própria história do sítio – uma espécie de Roteiro Histórico da Baixa, com especial relevo naturalmente para o projecto pombalino em todas as suas facetas (plantas, alçados, desenhos, etc.).

Mesmo a badalada ideia de um possível hotel poderá ser equacionada, talvez tirando partido do bonito espaço do pátio do Ministério das Finanças, hoje quase tão só parque de automóveis. Mas deveria ser um hotel de características especiais, vocacionado para o universo cultural. Um hotel de preços relativamente acessíveis, cujos hóspedes fossem preferencialmente os detentores de um cartão de acesso fornecido pelos serviços culturais lisboetas, públicos e privados. Um verdadeiro lugar de encontro de todos os visitantes, nacionais e estrangeiros, que se deslocassem a Lisboa por actividades de ordem cultural (artistas, escritores, estudiosos, etc.). e nesta ordem de ideias, talvez se pudesse chamar Hotel Fernando Pessoa ou, talvez melhor, Hotel do Desassossego, numa referência imediata à obra literária que deu à Baixa a dimensão de mito urbano da modernidade novecentista.

Se, e já que falámos dele, Fernando Pessoa conseguiu descortinar um território de Desassossego na rua dos Douradores, talvez a melhor homenagem que podemos prestar a esse inventor mítico da Baixa seja, com certeza, alargar esse “nada que é tudo” a toda ela. É esse o desafio que se nos coloca neste início de século e a que não podemos deixar de dar resposta.